



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

ABUSO SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR - ASPECTOS TRANSGERACIONAIS

CLARA ALVARENGA EGHRARI

BRASÍLIA
NOVEMBRO/2006

CLARA ALVARENGA EGHRARI

**ABUSO SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR -
ASPECTOS TRANSGERACIONAIS**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde (FACS) do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB sob a orientação do Professor Dr. Maurício da Silva Neubern.

Brasília/DF, Novembro de 2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por ter me guiado ao longo do tempo para a escolha de caminhos corretos e com grandes propósitos;

Agradeço aos meus pais, Iradj e Valéria, por sempre terem me apoiado em todos os momentos da minha existência, contribuindo com o grande amor que eles têm para um aprimoramento do meu ser e de minhas atitudes diante da vida;

À minha irmã, Mariana, por ser um grande exemplo de mulher e amiga para todos os momentos;

Às grandes amigas Tatiana, Carolina, Manuella, Silvana, Fabiana e Mariana por terem me mostrado o verdadeiro valor da amizade, e por cada uma ter apresentado características essenciais a serem cultivadas por mim;

Aos bons professores do curso que me mostraram a verdadeira arte da psicologia, a beleza e grandiosidade de ser um psicólogo;

Ao professor, Geison Isidro, por ter mostrado meu potencial, me dado confiança e especialmente por mostrar o quanto minha vida tem a me oferecer;

Ao professor, Maurício Neubern, por ter contribuído para meu aprendizado no meio acadêmico, e por ter me mostrado o caminho da excelência em minha carreira.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPITULO 1 – ABUSO SEXUAL	10
1.1 – Panorama.....	10
1.2 – Difusão do tema.....	10
1.3 – Definições.....	12
1.4 – Protagonistas do abuso.....	14
1.4.1 – O abusador.....	14
1.4.2 – A vítima.....	15
1.4.3 – Interação entre os protagonistas.....	16
1.5. Conseqüências.....	17
CAPITULO 2 – MITOS, SEGREDOS E TRANSGERACIONALIDADE NA DINÂMICA DO ABUSO SEXUAL.....	21
2.1 – Família e suas funções.....	21
2.2 – Mitos, transgeracionalidade e o abuso sexual.....	23
2.3 – Segredos e transgeracionalidade.....	27
2.4 – Dinâmica familiar.....	29
2.4.1. Transgeracionalidade dos papéis sociais.....	29
2.4.1.1. A transmissão hierárquica.....	31
2.4.1.2. O abuso remetendo ao novo abuso.....	32
2.4.1.3. A comunicação familiar.....	36
2.4.1.4. A mãe e sua participação.....	38
2.5. A revelação do segredo.....	40
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

RESUMO

O abuso sexual infantil intrafamiliar é a forma de violência que mais ocorre no âmbito familiar independente de raça, credo ou situação social. Diante do assunto, busca-se uma compreensão geral de como se dá a dinâmica das famílias envolvidas no abuso, analisando aspectos da transgeracionalidade do abuso sexual. Com isso, torna-se presente um estudo dos mitos familiares que são geradores de uma repetição de crenças familiares, que levam os protagonistas do abuso a repetirem papéis sociais definidos em cada geração. A vitimização da criança se mantém no núcleo familiar por meio de segredos não revelados que criam alianças entre os parentes, mesmo acreditando na incoerência das atitudes e, em consequência, gera-se o silêncio, que é mantenedor do abuso através das gerações. Dessa forma, se apresenta uma proposta para que haja uma quebra na repetição transgeracional do abuso, sendo de grande importância o trabalho do psicólogo diretamente no núcleo familiar promovendo o fim da violência, com isso enfocando em uma reorganização dos mitos familiares e priorizando o fim do silêncio.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil, dinâmica familiar, transgeracionalidade, mitos e silêncio.

ABSTRACT

Intrafamilial child sexual abuse is the form of violence that has the highest occurrence in the family circle independent of ethnicity, belief or social status. An overall comprehension is gathered to understand how functions the dynamics of families involved in such abuse, analyzing aspects of trans-generation in sexual abuse. As a result, we present a study of the family myths that are producers of a repetition of families beliefs, that bring the protagonists of the abuse to reproduce social roles defined in each generation. Child victimization is maintained in the core of the family by means of the non-revealed secrets that create alliances among the relatives, even though there is a belief in the incoherence of some attitudes and, consequently, a silence, that sustains the abuse throughout generations is created. Due to these factors, we present a proposal to interrupt the trans-generation repetition of the abuse. In this instance it is of great importance the work developed by psychologists directly in the family core promoting the end of violence, focusing a reorganization of the families' myths and prioritizing the end of silence.

Key Words: Child sexual abuse, family dynamics, trans-generation, myths and silence.

INTRODUÇÃO

O abuso sexual vem criando, a cada momento, uma maior visibilidade na sociedade, seja pelo fato de que existe uma preocupação vigente para com os direitos da criança, existindo uma atenção maior ao desenvolvimento da saúde da criança e suas implicações futuras (Furniss, 1993), ou até mesmo pelo fato de existir um avanço nos meios de comunicação, facilitando o acesso das pessoas aos acontecimentos oriundos do âmbito familiar que antigamente eram restritos aos contatos sociais mais próximos. Conforme Blanchard (apud Amazarray & Koller, 1996) elucida, com as mudanças nas estruturas da sociedade, o tema de sexualidade passa a não ser mais mantido com um tabu, fato esse que facilita a pesquisa do tema, e permite dialogar e confrontar o que vem ocorrendo com as crianças.

Diversos campos de estudo vêm se propondo a desmascarar e esclarecer os elementos constituintes do abuso sexual infantil possibilitando, assim, a compreensão da forma mais apropriada para ajudar os envolvidos em toda a dinâmica do abuso, bem como tentar por meios das pesquisas, indicar métodos de prevenção da reprodução de uma violação tão grave dos direitos da criança e do adolescente, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente enfatiza no Art.70, “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (p.22).

Com o foco voltado para o tema do abuso sexual infantil, esse trabalho tem como objetivo compreender e aprofundar-se na dinâmica existente em famílias que promovem o abuso sexual, explorando, dessa forma, o que leva a repetição do abuso nas gerações seguintes, bem como quais são os elementos que mantêm essa transmissão transgeracional. Para que se tenha tal fonte de conhecimento, torna-se necessário um dessecamento das relações familiares, trazendo a tona questões relevantes como os mitos familiares, que estão imbuídos das crenças e dos valores que as famílias tendem a transmitir, e os segredos guardados sob o lema do silêncio ao longo do tempo.

Diante da crescente exploração do tema da violência sexual, se fez possível compreender a dimensão pela qual o abuso sexual infantil atinge, sendo ele instaurado e realizado em inúmeros ambientes e de diversas formas. O abuso sexual pode tanto ocorrer dentro do contexto familiar (intrafamiliar) quanto fora do

grupo familiar, em um ambiente extra-familiar. Segundo o Ministério da Educação (2004), quando o autor da agressão for qualquer pessoa que tenha um laço familiar com a criança, e que a leve a ter uma relação de caráter sexual com ele é tido como abuso incestuoso. Entretanto, o abuso cometido fora do âmbito familiar pode ocorrer por alguém que a criança conhece, mas que não tem nenhum vínculo familiar, ou por alguém desconhecido.

De acordo com pesquisas e estudos realizados por diversos autores (Furniss, 1993; Habizang, 2005; Rangel, 2001) tanto na área de psicologia quanto em áreas que concernem o estudo do abuso sexual infantil, como a jurídica, demonstram que o maior índice de casos de crianças vítimas da violência sexual ocorre na residência das mesmas, sendo elas abusadas por indivíduos que se mantêm em uma relação por terem amor e confiança para com o abusador. Faz-se importante salientar, que o abuso sexual não tem preferência por raça, credo ou situação econômica (Azevedo & Guerra, 2001), ele ocorre independente do contexto social em que os protagonistas vivem, porém muitas vezes, pessoas de origem social mais alta tendem a esconder e camuflar tais acontecimentos perante a sociedade.

Ao se deparar com uma situação tão indigna e desprezível em que várias crianças se expõem no Brasil e no mundo, não é espantoso o fato de se buscar uma explicação para um ato tão grosseiro, tão invasivo e destrutivo para uma criança. Dessa forma, é possível se deparar com explicações do porque a violência sexual vem ocorrendo com as crianças.

O Ministério da Educação (2004) aponta que existem alguns aspectos que contribuem para o abuso sexual, sendo eles os aspectos culturais, que incluem o incesto, o qual vem sendo praticado desde a antiguidade em diversas culturas mesmo sendo proibido em um grande número de sociedades, e a pedofilia que com a difusão das redes de comunicação tem cada vez mais identificado pessoas que tem como objeto de prazer as crianças; Existem também, aspectos jurídico-legais que mesmo estando voltados para a proteção da criança, muitas vezes, pecam no funcionamento dos sistemas de direitos da criança; Outro fator são os aspectos político-sociais que denotam uma fragilidade de políticas públicas na área social e é fator crucial para persistência da violência sexual; E por fim, existem aspectos econômicos que denunciam um preconceito contra a raça, gênero e a situação econômica dos envolvidos. Pessoas de classes mais altas que cometem o abuso, tendem a não ser punidas, enquanto muitas vezes, meninas violentadas são

estigmatizadas e transformadas em réis por puro preconceito contra seu gênero e cor, e não encontram resolução para o abuso sofrido.

Diante de uma amplitude de possíveis antecedentes do abuso sexual infantil e os inúmeros motivos que levam a uma perpetuação de seus atos ao longo da história da humanidade, se faz voltar o questionamento do por que o abuso sexual infantil ocorre e, principalmente, quais são os elementos geradores e prolongadores do abuso de maior incidência, o intrafamiliar.

Seguindo o raciocínio de qual elemento é precursor do abuso sexual da criança dentro família, é possível trazer à tona alguns elementos que venham a contribuir para que se crie uma dinâmica familiar desestruturada e que tenha os artifícios para manter os atos de violência contra a criança por gerações vindouras.

De fato, existem peculiaridades no contexto familiar que garantem uma reprodução de suas crenças, valores e ações, para que assim se mantenha uma transmissão transgeracional do que aquele grupo de indivíduos valoriza e quer manter ao longo do tempo, e tal transmissão só se faz possível com a presença dos mitos familiares.

Os mitos familiares, conforme alguns autores (Krom, 2000; Neuburger, 1999) apresentam, são a base da estruturação da família, e apresentam as características primordiais desse grupo, é o que gera sentido a essas pessoas. Os autores afirmam que para se constituir uma família é preciso que as pessoas nela inseridas, compartilhem das mesmas crenças, e não contestem sua natureza. Dessa forma, o que pode se considerar, é que muitas famílias geradoras de abuso sexual infantil, façam uma transmissão transgeracional de papéis sociais, condutas, relações familiares, e crenças completamente deterioradas.

Por consequência, os mitos que são transmitidos e que apresentam características falhas, só conseguem se manter apenas pelo fato da família silenciar e não apontar o que há de errado ela, com isso gerando o segredo familiar. Segundo Imber-Black (1994), os segredos moldam os relacionamentos, e definem as lealdades na família entre as gerações, e conforme Krom (2000), os segredos formam alianças sempre promovendo o sigilo das informações. Os segredos, por conseguinte, são os grandes mantenedores do abuso sexual intrafamiliar, Furniss (1993) afirma existe uma “síndrome conectadora de segredo”, que vincula tanto a criança, a pessoa que cometeu o abuso e os familiares.

Não obstante, esses mitos que são passados para os indivíduos perpetuarem, geram conseqüências na forma de se conceber o mundo a partir de uma ótica individual, dessa forma, pessoas que são abusadas na infância por terem sido criadas em um contexto que gera violência sexual, podem se defrontar com conseqüências psicológicas que, por sua vez, irão manter esse ciclo de abuso que parece não ter fim.

1. ABUSO SEXUAL

1.1. Panorama

Ao longo dos anos, muitas crianças vêm sendo abusadas sexualmente dentro de suas próprias famílias, em um local onde deveriam receber carinho, atenção e principalmente respeito, são molestadas pela pessoa na qual depositaram sua confiança e sua vida, e agora, é a causa de sua humilhação e sofrimento. Tais crianças passam anos ou mesmo suas vidas guardando um segredo que só lhes causam mal, não tendo coragem ou até mesmo o espaço para revelar ao que tiveram que se submeter.

Acontecimentos como esses atingem famílias no mundo inteiro, não tendo preferência por raça, credo ou classe social, apenas são repetidas ao longo da história em um ciclo que parece não ter fim. Tal fato foi ressaltado por Rangel (2001) e Sanderson (2005), quando relatam que inúmeras pesquisas feitas em relação ao tema, obtiveram resultados, os quais demonstram que tal prática não se prende a fronteiras geográficas ou culturais, podendo ocorrer em todas as culturas, comunidades e classes. Sanderson (2005) complementa que o perigo de se acreditar que o abuso só ocorre em determinadas grupos sociais é o que contribuiu para seu andamento, pois se ignora a realidade do problema. É importante voltar a atenção para o fato de que as histórias se repetem da mesma maneira, e em famílias de históricos distintos, o que mostra que o que perpetua é um segredo, um mito familiar, que se passa de geração em geração.

1.2. Difusão do tema

O ser humano tem uma necessidade de estar em contato com as demais pessoas para que assim se crie um convívio social e a perpetuação da espécie. Tal contato se torna mais intenso quando se depara com um núcleo familiar, pois as trocas de afetos se tornam mais intensas e o comprometimento com o outro mais forte. Madanes (1997) apresenta que quanto mais intenso é o amor, a probabilidade dele se aproximar da violência é grande, pois é possível que esse amor ganhe um sentido de possessividade invasiva. Dessa forma, a autora enfatiza que quanto mais ligado e dependente se torna do objeto de violência, mais intensa a violência será.

Essa violência pode emergir de formas diferentes, podendo ser de cunho psicológico, físico e sexual. As três modalidades de vitimização de crianças, além da própria natureza do processo, têm em comum algumas características básicas como o fato de ser um fenômeno que pode se reproduzir em termos de um verdadeiro ciclo de violência (Azevedo & Guerra, 2000).

O abuso sexual e a exploração sexual de crianças vêm se tornando um tipo de maus-tratos na infância cada vez mais difundido, com implicações psicossociais, legais e médicas (Kaplan & Sadock, 1990, apud Amazarray & Koller, 1998). As agressões sexuais contra crianças sempre existiram na maioria das civilizações. DeMause (1974, apud Ministério da Educação, 2004) afirma que diversos estudos informam que adultos vêm utilizando crianças e adolescentes em práticas sexuais ao longo de todo período histórico, que vai da Antiguidade até a Contemporaneidade, fato esse que pode se relacionar com a visão de criança deturpada, onde ela era inserida no meio adulto e tratada como um pequeno homem (Áries, 1981).

Por sua vez, Blanchard (apud Amazarray & Koller, 1996) enfatiza que a sexualidade, antes da década de 1950, muitas vezes era vista como um tabu e havia pouca pesquisa a respeito desse tema. Porém, atualmente, o abuso sexual infantil tem recebido um aumento na atenção tanto através dos meios de comunicação quanto pelo meio acadêmico.

No Brasil existe uma crescente mobilização social para tratar as questões do abuso sexual infantil. De acordo com o Ministério da Educação (2004), esse interesse em trabalhar as questões relativas ao abuso tem sua relevância nos anos 90, passando assim a ter um enfoque de problema social e perdendo de certa maneira a característica de segredo familiar que o âmbito privado mantém.

Furniss (1993) avalia que existe uma maior consciência acerca da questão do abuso sexual da criança entre os profissionais por consequência de duas fontes relacionadas, porém diferentes. A primeira estaria voltada a um grande movimento que se iniciou em relação aos direitos da criança que acaba por caminhar com o movimento dos direitos da mulher. A segunda fonte se caracteriza por uma maior preocupação e aumento de interesse pela saúde e em especial a saúde mental da criança. O autor prossegue afirmando que, "O abuso sexual da criança deve ser visto tanto como uma questão dos direitos da criança quanto um problema de saúde e de saúde mental" (p.11).

Quando se refere aos direitos da criança, ao longo dos anos foi sendo construído e discutido melhores maneiras de se estabelecer e firmar os direitos fundamentais das mesmas, por meio de uma gama de leis para que assim fosse possível manter sua dignidade e respeito. Desta forma, é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo nele enfatizado no, artigo 5 que, “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (...)” e mais adiante, artigo 17, relatando que “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças (...)”. Diante de tal preocupação com os direitos que as crianças têm na sociedade atual, é que acaba por emergir os problemas que elas enfrentam durante seus primeiros anos de vida, pois se passa a discutir mais sobre os temas infantis, e com isso incondicionalmente vem à tona as questões de abuso sexual por ser uma das maiores violações dos direitos da criança.

Imber-Black (1994) demonstra a crueldade do abuso sexual infantil, seu rompimento com todo e qualquer direito infantil, quando relata que:

O abuso sexual de crianças por adultos incorpora as forças mais perversas da natureza humana. O incesto é uma história de poder mal utilizado, exploração e traição da inocência. A sociedade reconhece o incesto como o rompimento da confiança com a humanidade; a vítima de incesto compreende o legado de loucura desse ato. Não é de se admirar, portanto, que o incesto seja ‘o segredo mais bem-guardado’ (Rush, 1980) na história da humanidade (p. 185).

1.3. Definições

Sanderson (2005) avalia que o abuso sexual infantil tem uma natureza social, pois é influenciado pela cultura e pelo tempo histórico em que ocorre, o que acaba por culminar em uma dificuldade de se estabelecer uma definição aceita universalmente. Diante do contexto, histórico-cultural que se observa nos dias atuais, o abuso sexual pode ser definido, por meio do ambiente de sua ocorrência, podendo ser fora da família ou dentro do grupo familiar, intrafamiliar.

Fora do ambiente familiar, o abuso sexual pode ocorrer em situações nas quais crianças e adolescentes são envolvidos em pornografia e exploração sexual,

ou mesmo por pessoas que têm acesso as crianças em diversas situações (Habigzang, 2005). No entanto, a maioria dos abusos sexuais cometidos contra crianças ocorre dentro de casa e são mantidos por pessoas próximas, que desempenham papel de cuidador destas. Nesses casos, os abusos são denominados intrafamiliares ou incestuosos (Habigzang, 2005). A familiaridade entre a criança e o abusador envolve fortes laços afetivos, tanto positivos quanto negativos, colaborando para que os abusos sexuais incestuosos possuam maior impacto cognitivo-comportamental para a criança e sua família (Furniss, 1993).

De acordo com o Ministério da Saúde (2003, p.17) a violência sexual é, “toda ação na qual uma pessoa em relação de poder e por meio de força física, coerção ou intimidação psicológica, obriga o outro ao ato sexual contra a sua vontade (...)”. Mais adiante é enfatizado que a violência sexual infantil se caracteriza pela participação de crianças em atividades sexuais inapropriadas à sua idade de desenvolvimento psicossocial, sendo a vítima forçada fisicamente, coagida ou seduzida para participar de tal ato.

Azevedo e Guerra (1988) definem o abuso sexual como um processo que tem como resultado o dano causado a uma criança, sendo ela submetida a práticas forçadas de questões de cunho erótico. Em outras palavras, o abuso sexual pode ser definido como o envolvimento de crianças e adolescentes em atividades sexuais que não compreendem em sua totalidade e com as quais não estão aptos a concordar. Desse modo, o abuso sexual da criança configura-se como uma relação que viola as regras sociais e familiares de nossa cultura (Glaser, 1991, apud Amazarray & Koller, 1998).

Faz-se importante salientar que o abuso sexual não se caracteriza somente pelo contato sexual, mas também por inúmeras ações de adultos que estejam envolvendo a criança para questões sexuais. Tal fato é exposto por Kristensen (1996, apud Amazarray & Koller, 1998) quando salienta que, uma definição ampla de abuso sexual não deve limitar apenas à atividade ou ao ato em si, mas deve envolver também as interações, as quais podem ser até verbais. O abuso sexual pode variar de contatos que envolvem a penetração ou não a atos em que não há contato sexual como assédio sexual, voyeurismo, exibicionismo, abuso sexual verbal, telefonemas obscenos e pornografia (Ministério da Educação, 2004).

Uma outra definição dada por Azevedo (1995, apud Ferrari & Vecina, 2002) está calcada no fato da autora afirmar que qualquer tipo de violência que ocorra no

âmbito familiar, seja ela física sexual ou psicológica, é um ato de omissão praticado pelos pais (parentes ou responsáveis) contra a criança. Essas formas de violência demonstram para a autora, uma transgressão de poder por parte do adulto e bem como uma coisificação da infância, onde se nega os direitos das crianças e negam a possibilidade de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição especial de desenvolvimento. Mais adiante, as mesmas autoras mantêm a postura enfatizando que quando ocorre o abuso sexual a criança é negligenciada, sendo suas necessidades básicas postergadas e até mesmo esquecidas, sendo elas constantemente humilhadas e aviltadas com palavras.

1.4. Protagonistas do abuso

1.4.1. O abusador

A situação do abuso, em que as crianças são utilizadas para a satisfação de desejos e das necessidades dos adultos dentro de sua própria família, muitas vezes pode ocorrer por meio do uso da força, mas o que geralmente se observa é um jogo sedutor que ocorre, levando a uma manipulação da criança que pode durar anos, sem que a criança consiga falar sobre o assunto ou pedir ajuda (Ferrai & Vecina, 2002). A forma pela qual o abusador envolve a criança e principalmente os demais membros da família, faz com que ele possa legitimar sua atuação sem que os indivíduos que compõem o núcleo familiar o possam delatar sobre qualquer acontecimento, pois seu jogo de sedução conquista a todos.

Sanderson (2005), afirma que o pedófilo pode ser qualquer pessoa que seja um adulto ou crianças mais velhas, homem ou mulher. Dentro do contexto familiar pode ser o pai, padrasto, irmão, sempre uma pessoa que a criança deposita sua confiança e a qual tem algum poder ou autoridade sobre o menor. Fora da família o abusador pode ser um amigo, vizinho, professor ou médico, sendo em muitos aspectos pessoas comuns que encontram a criança em sua vida cotidiana, porém que tem a habilidade de envolver tanto a criança quanto a sua família.

Williams e Finkelhor (1990, apud Sanderson, 2005), em seus estudos realizados com pais abusadores, identificam cinco tipos de pais incestuosos. Os primeiros seriam os sexualmente preocupados, em seguida os que regridem à adolescência, outros seriam os que buscam um instrumento de auto-satisfação, os

emocionalmente dependentes e os vingativos raivosos. Demonstram, dessa forma, que inúmeras são as explicações do porque um pai irá abusar sexualmente de seu filho. Entretanto, o que não se pode negar é que todos, independente de seus motivos iniciais, extrapolam as relações afetivas que existe entre pais e filhos, criando um relacionamento doentio e destrutivo para a criança.

Quando se trata do abuso sexual uma das questões que vêm à tona é o jogo de sedução, levantando o questionamento de quem seria responsável pelo o início e também pela continuidade do abuso. Como foi exposto, o abusador tem uma característica marcante em sua atuação, pois é geralmente reconhecido por sua capacidade de sedução tanto da criança quanto do grupo familiar. Furniss (1993) diante de tal questão avalia que “a vasta maioria das crianças que sofreram abuso sexual não toma nenhum papel ativo para iniciar o abuso sexual, mas todas as crianças são participantes ativas na interação abusiva, mesmo se são forçadas contra a sua vontade” (p.16). É importante compreender que um papel passivo e não-iniciador, de vítima, na interação de abuso sexual progenitor-criança também constitui uma atividade de participação que é a base para a experiência de abuso que a criança sofre. Faz-se necessário ressaltar, como o autor publica mais adiante, que a atitude de participação não se deve ser confundida com iniciativa ou responsabilidade.

1.4.2. A vítima

Os dados atuais, de acordo com Sanderson (2005), indicam que as meninas sofrem mais abuso sexual do que os meninos, porém para a autora, como é citado, isso é apenas a ponta do iceberg. A autora acredita que os números divulgados não apresentam a realidade exata do abuso sexual infantil, pois em decorrência do preconceito vigente em relação ao abuso sexual, pode ser mais complicado para os meninos revelarem que sofreram o abuso, pois podem ser estigmatizados gerando um maior constrangimento em revelá-lo. De acordo com o ChildLine (2003, apud Sanderson, 2005) estima-se que 73% de todas as vítimas de abuso sexual infantil sejam do sexo feminino, enquanto 27% sejam do sexo masculino, porém a autora enfatiza novamente que esses dados podem estar encobrendo a verdadeira realidade.

Quando se avalia o papel da criança no abuso sexual, este não pode ser equiparado ao papel do vitimizador. A postura sedutora da criança como um fator desencadeante do abuso intrafamiliar não deve ser considerado como uma causa plausível do início e bem como do desenrolar do abuso, Ferrari e Vecina (2002) vão salientar que a criança é o sujeito envolvido nesse jogo patológico, e ela não tem a capacidade de maquirar e planejar toda uma trama familiar de vitimização. Por sua vez, Furniss (1993), ressalta que o estereótipo da “criança sedutora” que seduz o pai e aprecia o abuso tem pouco a ver com realidade do abuso sexual da criança, tal estereótipo pode vir a surgir somente na fantasia do adulto em relação à criança.

1.4.3. Interação entre os protagonistas

Furniss (1993) levanta um ponto de grande importância no que tange os elementos constituintes do abuso sexual infantil. O autor ressalta o aspecto interacional de participação, sendo que tal tema relaciona-se ao conceito psicológico dos sentimentos como avaliação da experiência. O fato de se estar diante de um abuso em que ambas as partes se relacionam para que ele ocorra, acaba por formar uma base da experiência emocional e explicam o fato de que as crianças podem sentir-se responsáveis pelo abuso, embora, de fato, jamais possam ser responsáveis. O sentimento de culpa da criança tem sua origem na conclusão equivocada na qual ela assume a responsabilidade do abuso, que ela relaciona com o fato de ter participado do abuso.

O abuso sexual intrafamiliar se caracteriza por uma dinâmica complexa de relacionamento entre vítima e abusador, para que haja sua manutenção. Furniss (1993, apud Habigzang, 2005) atesta que o abuso sexual se mantém por dois fatores sendo eles a “Síndrome de Segredo” e “Síndrome de Adição”. O primeiro estaria voltado a atuação do agressor, esse, tentando evitar repúdio social, se utiliza de formas de coação para que a criança não revele o que ocorre entre eles. O segundo ponto está calcado na dependência psicológica criada pelo abusador em relação à criança, pois ele não controla seus impulsos sexuais e acaba por submeter o infante aos seus desejos.

Por sua vez, Azevedo e Guerra (2000), avaliam a síndrome de segredo por outra perspectiva. Afirmam que essa “conspiração de silêncio” que acomete o abuso sexual infantil está relacionada ao fato de que de acordo com o senso comum a

verbalização pública do fato ocorrido com a criança poderia prejudicar a imagem de adulto dessa criança vitimizada. Dessa forma, a criança teria dificuldades em estabelecer uma família de acordo com os modelos sacralizados que a sociedade valoriza. Em outro momento, as autoras, expõem que dada a sacralidade que a instituição familiar apresenta, marginalizam e estigmatizam aquelas que fogem do padrão social e apresentam suas fraquezas. Diante de tal argumento, o que se observa, são famílias que não querendo se expor frente ao julgamento da sociedade permitem que o abuso sexual perdure, gerando assim o controle da informação que deve ser mantida em segredo.

Pfeiffer e Salvagni (2005) acreditam que em alguns momentos, o abuso não é revelado, pois a própria mãe reage com ciúmes em relação a sua filha, e de certa forma ela culpabiliza a menina pelo o que ocorreu. Indo mais a fundo na revelação do abuso, as autoras revelam que a dificuldade de a mãe reconhecer o que ocorre e acabar com o silêncio em torno dele se torna algo complexo, pois dando voz ao que ocorreu seria o reconhecimento de seu fracasso enquanto mãe e esposa, e dessa forma continuam a legitimar o abusador a manter seus atos em silêncio e encobertos.

1.5. Conseqüências

A perversão e o abuso sexual podem ser esporádicos ou até mesmo terem uma continuidade durante algum período, porém as conseqüências são devastadoras para a vítima não sendo possível estabelecer datas para seu término (Madanes, 1997). É importante compreender que ao passar por situações tão traumáticas ao longo da infância, várias repercussões podem se fazer presentes na vida da criança, certamente por se tratar de um período de tantas mudanças e descobertas. Ferrari e Vecina (2002) exemplificam tal afirmação quando relatam que a infância representa para todo ser humano uma descoberta, um período em que cada momento se torna único e singular e de indescritível importância. Como Anna Freud (1981, apud Furniss, 1993) relata:

No abuso sexual da criança esta não pode evitar ficar sexualmente estimulada e essa experiência rompe desastrosamente a seqüência normal da sua organização sexual. Ela é forçada a um desenvolvimento fálico ou genital prematuro, enquanto as necessidades desenvolvimentais legítimas e

as correspondentes expressões mentais são ignoradas e deixadas de lado (p.14).

Dessa forma, fica explícito que as conseqüências levantadas pelo abuso sexual da criança podem abranger inúmeras áreas do seu desenvolvimento tanto relacionadas ao desenvolvimento sexual prematuro e também a falta de um apoio familiar em relação as suas verdadeiras necessidades. Como Ferrari e Vecina (2002) relatam, as conseqüências do abuso sexual na criança vão variar segundo uma série de fatores, tais como a idade da vítima e do agressor, o tipo de relação entre agressor e vítima, personalidade da vítima, duração e freqüência da agressão, o tipo e a gravidade do ato e a reação do ambiente (família, escola, médicos). Dessa forma, demonstrando que os efeitos psicológicos da violência sexual estão interligados à fase evolutiva em que a criança se encontra, bem como os fatores mencionados.

Pfeiffer e Salvagni (2005) relatam que o grande problema que as entidades responsáveis encontram é a comprovação do abuso sexual quando não se tem alguma evidência física clara. Como o abuso sexual não é somente definido pelo ato sexual em si, mas por meio de toques ou verbalização inapropriada o diagnóstico passa a ser baseado em conseqüências observadas por meio dos sinais indiretos que o abuso acarreta, como os psicológicos. Embora não se tenha uma comprovação física do que se sucedeu, não se pode ignorar as conseqüências a longo prazo que o abuso sexual infantil possivelmente acarreta nas crianças. Em mulheres, por exemplo, as conseqüências podem ser mais evidentes, em relação a sexualidade, quando não existir uma confiança no sexo oposto. Mesmo sem ter consciência, uma mulher que tenha sido abusada na infância, reprime e impossibilita um relacionamento com um homem, como uma proteção do abuso vivido no passado, protegendo-se, assim, contra as emoções que o ato sexual traz a tona.

Independente da forma pela qual a criança tenha sido abusada sexualmente, a vivência em si do abuso pode acometê-la de inúmeras formas ao longo de sua vida. O Ministério da Educação (2004) explana que durante o processo de abuso a criança pode experienciar e reagir ao abuso de diversas formas: fingindo que não está ocorrendo com ela; alguns entram em um estado alterado de consciência, como se dormissem ou imaginam o abuso como algo longínquo; outro meio seria dissociar o corpo dos sentimentos, chegando a negar a parte inferior de seu corpo. Porém, a

forma pela qual essa vivência do abuso se sucede, é que vai acarretar nas conseqüências em longo prazo, podendo muitas vezes ser bastante perversas. Os danos psicológicos que abuso sexual infantil como um todo desencadeia podem estar explícitos com a vida que o sujeito constituirá.

Azevedo e Guerra (2000) dividem as conseqüências do abuso sexual infantil em três grandes grupos sendo eles: dificuldades de adaptação afetiva, dificuldades de adaptação inter-pessoal e dificuldades de adaptação sexual, demonstrando que as mulheres abusadas podem apresentar algum problema psicológico de acordo com essas áreas. Como o Ministério da Educação (2004) relata, os sujeitos abusados sexualmente podem ter dificuldades de ligação afetiva e amorosa, sendo essas dificuldades originadas de um sentimento de desconfiança e temor de uma reedição da experiência traumática, ou mesmo por uma dissociação entre sexo e afeto e gerando sentimento de baixa auto-estima. Durrant e White (1993) complementam tal afirmação demonstrando que em muitos casos, quando se observa mulheres que têm um histórico de abuso sexual na infância, muitas vezes, por se sentirem incapazes ou mesmo indignas elas, de forma inconsciente, se relacionam com pessoas que tendem a manter essa baixa auto-estima, ou mesmo pessoas agressivas que futuramente tendem a partir para comportamentos abusivos, perpetuando assim o abuso sexual na família através de gerações. As conseqüências psicológicas também podem definir a forma pela qual essa mulher irá se definir no papel de mãe, pois caso internalize que é submissa ao sexo masculino, e que este tem plenos poderes sobre seus filhos, irá contribuir para que exista uma relação familiar que desenvolva uma propagação do abuso na família.

É possível também que as conseqüências psicológicas tenham seus sintomas mais aparentes em questões fisiológicas do funcionamento sexual da mulher. Muitas mulheres que foram vítimas na infância, tendem a ter disfunções sexuais, dessa forma indicando que a maneira pela qual ela elaborou sua vivência do abuso teve implicações na relação com uma pessoa do sexo oposto. O Ministério da Educação (2004) revela também, que as dificuldades de se manter uma vida sexual saudável podem estar relacionadas com traumas que bloqueiam o desejo.

Ao se tratar de um acontecimento em uma fase de grande importância na vida da criança, fase de desenvolvimento corporal e dos contatos sociais, não é de se espantar que as conseqüências que o abuso acarreta são incalculáveis. Ferrari e Vecina (2002) avaliam a importância dessa primeira etapa ao dizerem que um bom

desenvolvimento dos papéis psicossomáticos que a criança tem, garante a ela uma boa relação com seu corpo futuramente. Rey (2003) demonstra o quão grande é a importância das vivências mantidas pelo corpo para um bom desenvolvimento do sujeito, quando relata que o corpo não é unicamente existente para a obtenção de desejo, porém ele se organiza através dos contatos sociais e das emoções por eles desenvolvidas, o corpo para o autor é “um sistema histórico de relações do sujeito” (p.26). Tal fato não ocorre em crianças vitimizadas, pois seu corpo passa a ser um instrumento de satisfação de terceiros, com isso podendo gerar uma gama de emoções negativas em relação a ele, que acabam por influenciar no modo de se portar no mundo e compreender sua vida.

Outro aspecto levantado por Ferrari e Vecina (2002) se volta ao fato da condição de desenvolvimento social que os primeiros contatos afetivos vão propiciar, pois a qualidade da primeira acolhida vai estabelecer os vínculos futuros que essas crianças vão criar, pois elas dependem do outro para crescer e para ganhar sua individualidade. Sendo assim, crianças abusadas em um âmbito familiar, terão essas relações afetivas distorcidas e de certa forma comprometidas, pois não terão seguido o curso mais apropriado.

2. MITOS, SEGREDOS E TRANSGERACIONALIDADE NA DINÂMICA DO ABUSO SEXUAL

2.1. Família e suas funções

Quando se volta para um estudo do abuso sexual, principalmente o abuso sexual intrafamiliar, é imprescindível que se busque compreender como é essa família em que os indivíduos estão inseridos, para que assim se possa, de certa forma, tentar entender como se relacionam essas pessoas, e o que faz com que essa dinâmica do abuso se perpetue. Antes, porém, é preciso conhecer as definições de família, para que assim se tenha uma perspectiva de como é o núcleo familiar de uma família em que ocorre o abuso sexual infantil.

Historicamente a família tem passado por inúmeras mudanças, saindo de um grupo voltado apenas para uma estrutura onde os membros se organizavam para trabalhar, para em seguida se relacionarem de forma mais amorosa e voltada para o cuidado e preocupação com o outro. Áries (1981) e Krom (2000) afirmam que essa mudança foi ocorrendo gradualmente, porém teve seu ápice quando as crianças passaram a ir à escola, e com isso a escola incorporou a função da aprendizagem por meio da educação, deixando assim, as crianças mais afastadas do mundo adulto, sem ter que aprender através do contato direto com eles. Com isso, a família passou a ter outra função na vida das crianças, pois esta se tornou um lugar de afeição entre pais e filhos, não se estabelecendo o contato com os filhos em função apenas dos bens.

Ferrari e Vecina (2002) compartilham da mesma tese, pois relatam que na Idade Média a família de origem tinha a responsabilidade pela transmissão da vida, dos bens e do nome, não havendo uma função afetiva. As autoras vão mais adiante, e demonstram como a família, após essa iniciação com o mundo afetivo, passou a valorizar a intimidade e se uniu pelo sentimento. Por meio de tal reestruturação do contato entre as pessoas dentro da família, essa passa a ter a responsabilidade de transmitir valores e conhecimentos, e socializar a criança. Segundo as autoras, tal forma de relacionamento e contato implica na criação de laços afetivos e também sendo fundamental para o processo de subjetivação da criança.

Quanto à formação da subjetividade da criança ao longo dos contatos sociais que ela mantém na terna idade, faz-se importante recorrer a Rey (2004) que afirma

que a subjetividade é “um sistema constituído por processos simbólicos e de sentido que se desenvolvem na experiência humana” (p.78). Dessa forma a subjetividade está em constante desenvolvimento, e pode-se apresentar em um nível individual e em um nível social. Com isso, a criação de contato afetivo com a família contribui para uma formação da subjetividade social e da mesma forma a subjetividade individual da criança, e em consequência estruturando sua maneira de se relacionar e se posicionar ao longo de sua vida, demonstrando assim o papel fundamental que a família tem na formação do sujeito.

A família é descrita por Ferrari e Vecina (2002), como uma constituição de vários indivíduos que compartilham circunstâncias históricas, culturais, sociais e afetivas, sendo assim ela é tanto uma emissora quanto receptora de eventos culturais e acontecimentos históricos por meio de uma comunicação única, o que lhe gera uma dinâmica específica. Mais adiante as autoras afirmam que a família proporciona o desenvolvimento de experiências, podendo gerar realização ou fracasso, bem como saúde ou doença. Neuburger (1999) adiciona que a família também tem a função de fornecer um local de estabilidade e higiene para o indivíduo, mas principalmente tem a condição de criar, em suas palavras, uma matriz relacional para o sujeito, levando à constituição da identidade individual e da transmissão transgeracional a filiação.

No que se refere ao posicionamento e papel da família em relação à criança, o Ministério da Educação (2004) cita o Art.227:

É dever da família (...) assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (p.23).

A família tem, como uma de suas obrigações, manter protegidos seus membros e exercer as demais funções a ela relacionadas. Porém quando esse grupo falha com seu papel social de proteger os sujeitos e de transmitir os valores culturais, Ferrari e Vecina (2002) afirmam que ela fracassou no cumprimento de suas funções. Tal afirmação remete ao que ocorre em uma família, na qual existe o abuso sexual infantil, pois na ambiente em que a criança deveria se sentir segura e

amparada, ela acaba não recebendo os devidos cuidados que sua família deveria lhe oferecer e fica frente a um mundo de perigos e inseguranças.

2.2. Mitos, transgeracionalidade e o abuso sexual

Enquanto desempenhar um papel de uma instituição protetora e provedora, a família também atua como um local de transmissão de valores e crenças sociais, funcionando como um ambiente de reprodução de ideologias (Ferrari & Vencina, 2002). A ela cabe a tarefa de transmitir as heranças culturais do grupo em que as pessoas estão inseridas, e prepará-los a uma posterior incorporação na sociedade, como Krom (2000, p.11) ressalta, “As influências que atravessam as gerações em nossa família atuam poderosamente na nossa vida (...)”.

A herança cultural, de acordo com Neuburger (1999), é transferida de geração em geração por meio de um conjunto estruturado, que diferencia cada família, chamado mito familiar. Esses mitos, são a base de estruturação da família, apresentam suas características primordiais, suas crenças, definindo a personalidade e a forma de interação das pessoas. Krom (2000) identifica os mitos como sendo algo que abrange um grande cenário na família, pois são conteúdos que se entrelaçam, se organizam, gerando sentidos à família. Além disso, constituem a essência da concepção de mundo própria da família, onde se cria a realidade familiar e o mundo individual de cada membro. Como relatado anteriormente, as famílias vão mudando por influências sociais ou internas que recebem ao longo do tempo, sendo que os mitos contribuem para essas mudanças, pois os mitos culturais influenciam na formação dos mitos familiares, que acabam por influenciar diretamente os mitos individuais.

Eliade (apud Krom, 2000) ressalta a grandeza dos mitos e sua relação com o homem quando afirma que:

Conhecer os mitos é aprender o segredo da origem das coisas. A função soberana do mito é revelar os modelos exemplares de todos os ritos, de todas as atividades humanas significativas: alimentação, casamento, trabalho (...). O mito é um elemento essencial da civilização humana (...) (p.9).

De acordo com Krom (2000), muitos psicoterapeutas têm se utilizados dos mitos para se trabalhar temas durante a terapia familiar. Um dos pioneiros no estudo

seria Ferreira (1971, apud Krom,2000) que expõe a relevância dos mitos ao dizer que eles têm um função defensiva na família, os quais tendem a gerar uma homeostase familiar e perpetuar crenças, que são sistematizadas e compartilhadas por todos os membros da família. Segundo este autor, tais crenças não são contestadas por nenhuma das pessoas, mesmo sendo evidente as distorções da realidade.

Os mitos que envolvem famílias em um contexto de abuso sexual infantil, visam a repercussão de uma necessidade de se manter a homeostase familiar, pois os indivíduos tendem a não relatar o que está acontecendo na residência para não destruir uma pseudo-organização do grupo. Lustig (1966, apud Durrant & White, 1993) confirma tal colocação ao relatar que o abuso é uma transação que serve para família se manter unida e proteger-se, mantendo assim sua organização. Krom (2000) ainda enfatiza o aspecto da transmissão intergeracional do mito, ao expor que ele se transmite, modelando os filhos que nascem do grupo ao longo das gerações, levando a constatação que famílias com dinâmicas de abuso transmitem essa forma de estrutura para as gerações seguintes.

Diante da grandeza e da importância do mito para que exista uma continuidade de uma família, é observado como diversos componentes do mito são transmitidos sem que haja uma “seleção” mais rigorosa do que está sendo implantando nas gerações futuras. Com isso, é possível se traçar um paralelo com as famílias geradoras de abuso sexual infantil, pois é passado de uma geração para a outra, crenças em torno de como deve ser o relacionamento entre pais e filhos, e como não se questiona a legitimidade do que está ocorrendo, apenas se repete um padrão familiar antigo para que a família tenha sua continuidade e não perca suas raízes, mesmo tendo ações questionáveis, pois o que acaba se priorizando é a manutenção de uma organização familiar fictícia.

Existe uma incerteza de o que está sendo transmitido para uma geração futura é ou não constituído de intenções puras e em prol do desenvolvimento familiar. Diante desse fato, Neuburger (1999), delimita um tema acerca dos mitos, o que se refere ao ponto fraco deles. O autor afirma que para se constituir uma família, é preciso que seus membros compartilhem das crenças que estão relacionadas aos valores do grupo familiar. Muitas vezes o que se sucede, é o fato de que tais crenças ficam tão arraigadas ao funcionamento da família, que mesmo sem terem um total reconhecimento das mesmas, elas são aceitas, porém não percebidas e

analisadas em uma visão mais ampla. Essas crenças acabam por suprimir qualquer alternativa de mudança, pois se tornam pontos cegos e acarretam a manutenção de comportamentos que geram dificuldades. O que se observa é que muitas vezes se acredita que o que está sendo oferecido as próximas gerações é algo que venha a contribuir para perpetuação das características familiares. Porém o que ocorre em famílias em que se abusa sexualmente das crianças é, sem dúvida, a perpetuação de uma condição familiar, nesse caso desumana, mas que seus membros optam por não delatar os comportamentos, pois poderá destruir toda uma dinâmica em funcionamento.

Dessa forma, o que se analisa é uma “crença cega” que existe nas famílias onde se perpetua o abuso sexual infantil, pois as ações são permanentes, e são passadas de uma geração para outra. Com isso, poucas são as pessoas que irão questionar o que está ocorrendo, pois acabam não analisando as conseqüências do que elas estão legitimando, em conseqüência de incorporarem o abuso sexual com sendo algo funcional para a manutenção da família. Furniss (1993) alega que não existe como se ignorar essa questão intergeracional no abuso sexual da criança, pois, muitas vezes, quando não se abarca as questões familiares que compõem o abuso sexual infantil, o que pode ocorrer é igualar o abuso intrafamiliar com o estupro das mulheres. Com isso, o autor tende a afirmar que o abuso sexual infantil não é apenas um problema entre os sexos, mas também um problema entre pais e filhos, um problema familiar.

Outro ponto que deve ser levado em consideração quando se retrata a transmissão da herança familiar, é o fato de se existir uma memória familiar. Essa memória é caracterizada como um processo de seleção daquilo que é julgado bom, e com isso será transmitido pelos antecedentes para assegurar, a transmissão de uma linhagem que corresponde às suas expectativas (Neuburger,1999). Conforme Durrant e White (1993) existe uma crença compartilhada entre os membros da família abusiva a qual molda uma identidade desse grupo. Sendo assim, os sujeitos que vivenciam e promovem o abuso mantém viva uma memória familiar, a qual enfatiza que para que exista uma continuidade da família é preciso existir uma relação abusiva entre seus membros. Vale enfatizar, que Neuburger (1999), avalia essa memória familiar como sendo uma gestão adequada do esquecimento daquilo que se faz necessário esquecer, para que assim se tenha uma continuidade da família, e a perpetuação do mito familiar. Tal afirmação demonstra que nas famílias

em que se tem o abuso sexual infantil, é preferível não trazer à tona o tema, pois como relatado anteriormente, os membros têm conhecimento de que existe algo de errado mas para se manter a homeostase familiar é mais adequado não focar no assunto, e com isso se “esquece” o ocorrido. Entretanto, como é um mito familiar, esse não pára de se reproduzir nas gerações seguintes, pois está enraizado na família.

De certa forma as famílias tendem a realizar um processo de auto-reparação por meio da transmissão de mitos de uma geração para a outra (Neuburger,1999). O mito que sustenta a dinâmica familiar é o elemento organizador desse grupo, é o conjunto de crenças que reúnem, supostamente, as qualidades dele e na qual os membros investem ou deixam de investir. Por meio dessas crenças e valores atribuídos ao mito, que irá ser estabelecido o tipo de comportamento desejável aos membros da família e as formas de relação que devem estabelecer entre si.

Quando se relata que a família tem a função de transmitir sua cultura ao indivíduo, mesmo sendo consciente ou inconscientemente, a forma com que as pessoas se relacionam no mundo, e as interações que elas têm, constituem não só sua forma de interagir no grupo familiar, mas também contribuem para a formação do sujeito em si, sua própria subjetividade. Rey (2003) revela que a subjetividade individual de uma pessoa representa a forma de organização subjetiva dos indivíduos, e a subjetividade individual compreende a história de cada indivíduo, que se constitui por suas relações pessoais. Desta maneira, todas essas características familiares que são passadas ao longo do tempo acabam por propiciar a construção das bases da subjetividade dos membros da família, e com isso, quando se vivencia uma realidade em que se ocorre o abuso, as pessoas tenderão a apresentar características que exprimem a história do abuso, sendo esta a única forma conhecida de se relacionar em um contexto social.

Novamente, fica evidente que as famílias onde existe a incidência do abuso sexual infantil, demonstram uma necessidade de transmitir apenas o que acham conveniente e, tudo aquilo que for exposto e verbalizado no âmbito familiar que venha a prejudicar o funcionamento da família, é tratado como um “mito intocável”. Passa a se criar um mundo de segredos e elos silenciosos dentro do grupo, para que assim não fique evidente o que a família se conduz de forma inapropriada, mas também, para que seja possível manter o *status quo* desse núcleo.

2.3. Segredos e transgeracionalidade

Tendo em vista a questão do mito familiar como sendo o perpetuador de características de comportamento familiar e crenças familiares, não se pode deixar de relacionar tal dinâmica com o funcionamento do segredo no âmbito familiar. Segundo Imber-Black (1994), os segredos estão ligados ao relacionamento, moldam os contatos, definindo os limites da intimidade ou do distanciamento entre os relacionamentos. As lealdades familiares entre as gerações, muitas vezes são moldadas pelos segredos, que surgem por meio de comportamentos inexplicáveis, porém que se repetem entre as gerações. De acordo com o autor e os estudos por ele realizados, dentre os segredos familiares, os mais comuns são os segredos sexuais.

No que tange o segredo familiar, Krom (2000), ressalta que os segredos muitas vezes estão imbuídos de assegurar informações que são ocultas ou partilhadas de formas diferentes entre as pessoas. Os segredos familiares, com isso, assumem o papel de formador de alianças entre as pessoas por várias gerações, sempre visando a manutenção e o sigilo das informações. O sigilo que se cria diante do segredo frequentemente está relacionado ao conteúdo que cada segredo contém, usualmente envolvendo tabus culturais acerca de dinheiro, sexo e doença (Imber-Black,1994).

A violência que é vivida por todos os membros da família, e em especial a criança que é vítima do abuso sexual, muitas vezes é camuflada como algo não-violento, sendo justificadas de inúmeras formas para que se tenha uma credibilidade e assim sua continuidade. Para que tal funcionamento possa se manter, é preciso então que se utilize dos artifícios que as famílias se apropriam, como o segredo, levando o abusador a utilizar de ameaças e sedução na busca da manutenção do silêncio, evitando, assim, a quebra da homeostase do sistema familiar (Ferrari & Vecina, 2002). Os segredos mantêm a vitimização, de acordo com Durrant e White (1993), pelo fato de que essas famílias tendem a priorizar as crenças sobre a lealdade familiar, nas quais preferem manter a integridade da família, mesmo violando os direitos dos indivíduos do grupo. Essas crenças, com frequência, são passadas através das gerações, e as regras familiares criadas dificultam o desenvolvimento do sentimento de individualidade que as crianças necessitam para crescer e se desgarrar da família.

Ao se analisar o conteúdo específico de um segredo, é possível se encontrar as origens do estigma, da vergonha e do medo da revelação e da dissolução familiar, o que acaba por alimentar a manutenção do segredo (Imber-Black, 1994). Tais conteúdos referentes ao segredo, terão vários significados para diferentes famílias. O autor revela que o segredo do abuso, quando guardado latente por muito tempo dentro do indivíduo ferido, distorce sua experiência de vida e frequentemente o leva a uma angústia emocional e uma dor psíquica sem igual. Rey (2004) exemplifica tal constatação ao revelar que ao longo da vida de uma pessoa, ela mantém intenso contato com seu meio social, e com isso vivencia fatos e eventos, que logo estarão sendo representados por sentidos psicológicos pela pessoa. Não obstante, esse processo, que é extremamente complexo, se imbuí, muitas vezes, de grandes contradições entre valores, crenças, princípios que o próprio indivíduo assume e vivências por ele experimentadas ao longo da vida. Caso o indivíduo não consiga apontar as causas dessas contradições e procurar encontrar uma solução para elas, poderá se tornar objeto delas e, com isso, provocar o surgimento de emoções negativas. Dessa maneira, se a pessoa guardar consigo o segredo de um abuso sexual, não conseguirá se desvencilhar das amarras do sofrimento, e poderá vir a manter estados emocionais negativos, dando uma continuidade a esse sofrimento para gerações futuras.

Ao manter o segredo e se adaptar à situação, Rangel (2001), afirma que a criança passa a se sentir cúmplice de seu agressor. O sentimento de culpa que se apodera da criança, deriva do fato de ter sido participante no abuso, o que acaba por gerar uma baixa auto-estima e outros males durante a vida adulta. A existência de um segredo no abuso sexual infantil intrafamiliar, é o que o distingue das outras formas de violência na infância e é o que também leva as conseqüências tão danosas.

Para que o segredo seja mantido dentro do núcleo familiar é preciso que ele esteja vinculado ao silêncio, pois dessa forma os conteúdos que não se deseja revelar serão mantidos obscuros. De acordo com Ferrari e Vecina (2002), o silêncio passa a ser um dos fatores que mais favorece a continuidade e a reprodução ou a produção de violência dentro da mesma família, em especial nos casos de abuso sexual. O fato de se manter o silêncio conduz à perpetuação do abuso por várias gerações, porque um abuso que é praticado com uma filha e/ou filho, pode seguir para netos, ou mesmo os filhos abusados poderão abusar sexualmente de outras

crianças dentro de suas famílias. O silêncio em torno do que ocorre no espaço intrafamiliar, para Rangel (2001), favorece a prática recorrente do abuso incestuoso, sendo assim livre da censura pública, pois é mantido tanto pelos abusadores e vítimas, quanto pelas pessoas envolvidas na dinâmica familiar.

Os mitos em uma família podem ser identificados como de caráter construtivo, levando a um aprimoramento da família, como podem ser mitos nocivos ou desorganizadores, que aumentam o estresse e a desestruturam seus membros (Krom, 2000). Desse modo, quando uma família apresenta um padrão abusivo para com as crianças, pode-se remeter a um comportamento que vem sendo transmitido de uma geração para a outra, por meio de segredos e mitos, sendo eles desestruturantes e nocivos para seus membros. Avaliando dessa maneira, uma família que age de forma violenta para com seus membros, está revelando cicatrizes de sua história pessoal dentro de um determinado contexto histórico-cultural, mostrando que a violência não é um fenômeno natural, mas ao contrário, é construída e transmitida às novas gerações (Ferrari & Vecina, 2002).

2.4. Dinâmica familiar

2.4.1. Transgeracionalidade dos papéis sociais

A transmissão da herança cultural por meio dos mitos familiares atinge um outro nível quando passa a não só repassar uma crença familiar, mas uma forma de comportamento, levando assim, a definir o tipo de relacionamento existente em cada família. As famílias de origem influenciam poderosamente na configuração das novas famílias que vão se formando com o passar do tempo, assim as dificuldades nos relacionamentos familiares se perpetuam no tempo, dessa forma, se repetem várias características familiares como a violência familiar, Krom (2000). Para que a transmissão das crenças seja efetiva e tenha seu reconhecimento na família, os indivíduos assumem papéis, que de acordo com Moreno (apud Ferrari & Vecina, 2002), são experiências interpessoais que se baseiam em características e particularidades próprias da cultura em que se estruturam, ou seja, tem sua base nos mitos e segredos alimentados pela família.

Vale ser ressaltado, que quando se encontra envolvido em um contexto social, principalmente o familiar, em que existem formas de atuação específicas de

cada indivíduo, sendo elas em um contexto abusivo, extremamente violentas, um conjunto de emoções vêm à tona de forma a complementar e expressar o tipo de relacionamento que a família compartilha. Dessa forma, quando uma família abusadora transfere de uma geração para a outra sua maneira de relacionar de forma violenta e incestuosa, ela está subjetivando as emoções relativas ao abuso. Rey (2003, p.242) assinala que “A emoção caracteriza o estado do sujeito ante toda a ação, ou seja, as emoções estão estreitamente associadas às ações, por meio das quais caracterizam o sujeito no espaço de suas relações sociais, entrando assim no cenário da cultura”, demonstrando assim, que uma das formas pela qual o sujeito vai se portar no grupo que pertence é de acordo com as emoções relacionadas aos fatos vivenciados. Isso contribui para a análise do abuso sexual infantil, em que a família cultiva determinadas emoções a respeito do ato abusivo, que fazem com que suas ações permaneçam as mesmas por longos períodos e gerações. Complementando assim o que foi dito anteriormente acerca dos estados emotivos negativos, sendo que o que vai ser mantido ao longo das gerações é um sentimento de sofrimento e dor em relação ao que ocorreu com a criança.

Compreender a violência intrafamiliar implica ter um entendimento histórico-psicossocial do indivíduo e da família, através da observação de como ocorrem as interações entre pais e filhos e a forma de relacionamento interpessoal familiar (Ferrari & Vecina,2002). Dessa maneira estará sendo vigente a participação dos mitos e segredos que estão envolvidos nessas formas de relacionamento e sua continuidade através das gerações, pois como relatado por Krom (2000), os mitos são mantidos por meio de rituais, os quais podem apresentar uma série de atos e comportamentos, que se repetem no tempo e dos quais participam todos ou parte de seus membros. A autora adiciona que a família passa a ter a tarefa de transmitir, a cada participante, os valores e as atitudes envolvidos em seus atos, bem como os comportamentos ou sentimentos interligados as situações vivenciadas. Azevedo e Guerra (2000) reforçam a afirmação quando expõem que, “Geração após geração, as pessoas repetem os modelos de relações sociais que aprenderam ao longo da vida” (p.52).

2.4.1.1. A transmissão hierárquica

Durrant e White (1993) afirmam que primeiramente a disfunção familiar explica a existência do abuso, pois para os autores, a família é uma unidade patológica e seus sintomas refletem um desajuste que incluem todos os membros da família. Dessa maneira, inúmeros são os comportamentos que evidenciam uma dinâmica familiar que gera um abusador dentro da família e que o legitima para continuar agindo desta forma. Em um primeiro momento, o que se observa quando ocorrem situações de vitimização sexual de crianças dentro da família, pode-se dizer que se está tendo um grave problema de relações entre pais e filhos, o que resume a uma relação hierárquica deteriorada (Ferrari & Vecina, 2002). Desta forma, a posição do adulto na família é decisiva para compreender a violência sexual infantil dentro da família (Ferrari & Vecina, 2002).

Faz-se importante ressaltar que na maioria das vezes, pais abusados podem vir a se tornar abusadores e, da mesma forma, mães abusadas podem ter filhos que virão a ser abusados. Tais comportamentos repetitivos estão vinculados aos papéis de homem e mulher que são passados pelas famílias de cada um. Krom (2000) relata que os padrões familiares atribuem a cada gênero papéis precisos do masculino e do feminino, de como deve ser o comportamento materno e o paterno, com isso se estabelecendo normas de respeito de um sexo para com o outro, para que assim se mantenha a coesão e a continuidade da família. O que se encontra muitas vezes é uma distorção dos papéis que cada um tem na família, Azevedo e Guerra (2000) demonstram que se cria uma hierarquia em relação ao sexo e faixa etária dos membros da família, para que assim seja possível legitimar o poder de um só membro dentro do grupo familiar.

Durrant e White (1993) avaliam que o abuso sexual intrafamiliar é mantido nas famílias devido a papéis tradicionais rígidos e fantasiosos, em que homens e mulheres devem desempenhar papéis seguindo toda uma ideologia patriarcal. Com isso, o autor afirma que se constrói uma dominação do homem para com a mulher, sendo essa a dominadora da criança no dia-a-dia, culminando tal tipo de hierarquia em um poder dado ao homem diante da criança e ela sendo destituída de qualquer poder. Tal forma de interação familiar acaba por propiciar e manter o andamento do abuso sexual infantil, pois o pai tem plenos poderes sobre sua mulher e

principalmente sobre os filhos, que sendo estes inferiores não podem questionar as ações do pai.

Por sua vez, Furniss (1993), acredita que o estereótipo que se cria de um pai que abusa, sendo completamente independente e forte não condiz com a realidade. O autor afirma que homens que são verdadeiramente independentes e autônomos não procuram crianças para satisfazerem seus desejos sexuais, mas sim encontram alguém de idade compatível para realizar-se. Já os pais que abusam de seus filhos, na verdade são emocionalmente imaturos e profundamente dependentes de suas esposas para cuidados emocionais.

Furniss (1993) analisa a questão hierárquica causando um impacto de forma diferenciada na vivência das pessoas envolvidas no abuso sexual infantil, pois o autor acredita que as barreiras intergeracionais sofrem um rompimento em determinadas áreas do funcionamento familiar, porém mantém sua funcionalidade em outras. Com isso, garante que em um primeiro momento, nas famílias em que ocorre o abuso sexual da criança, em relação aos cuidados práticos oferecidos a ela não apresenta uma aparente diferença em relação às demais famílias. O que se torna um ponto alarmante nessas famílias gira em torno da questão sexual, porque as crianças têm uma dependência e relação aos seus pais por meio de suas limitações, porém ao mesmo tempo são tratadas como parceiros sexuais de seus pais, desenvolvendo uma quebra no relacionamento intergeracional entre pais e filhos.

2.4.1.2. O abuso remetendo ao novo abuso

Quando se refere ao que é transmitido através das gerações para o grupo familiar seguinte, muitas vezes são temas que se vinculam diretamente ao segredo que a família carrega e acaba por culminar na continuidade de comportamentos desastrosos. Isso fica evidenciado quando se tem relatos de famílias, nas quais existem o abuso sexual infantil, em que o próprio abusador ou sua esposa tenham tido um histórico de abuso sexual no passado. Belsky (1980, apud Amazarray & Koller, 1998) explicita tal afirmação quando relata que é preciso considerar as histórias de negligência e abuso sexual em ambos os pais, pois tais acontecimentos acarretam na forma com que vão desenvolver sua socialização e suas atitudes paternas e maternas. De acordo com sua visão, pais abusadores freqüentemente

apresentam histórias de maus-tratos em sua infância e ignorância em relação ao cuidado dos filhos. Donlan (1994) reafirma tais colocações, quando atesta que uma pessoa que foi vítima de um abuso sexual durante a infância pode revelar alguns sintomas durante a vida como, disfunções alimentares, depressão, ansiedade, incapacidade de proteger a si mesmo, e mais tragicamente de proteger seus filhos de serem abusados.

Fica evidenciado por meio das afirmações de Durrant e White, que os pais que foram vítimas na infância, muitas vezes, perpetuam o abuso sexual infantil a outras gerações porque em sua própria infância construíram auto-imagens negativas. A explicação oferecida pelos autores concerne o fato de que uma escassa auto-estima interfere no desenvolvimento das aptidões sociais durante a infância e adolescência e, por conseqüência, por se desmerecerem, prejudica o desenvolvimento de relações saudáveis na vida adulta, levando a um círculo vicioso. Finklehor (1986, apud Durrant & White, 1993), complementa que, por essas pessoas serem incapazes de sentir-se competentes em suas relações afetivas na vida adulta, os homens, em especial, podem depositar toda sua atenção nas crianças a fim de obter “alimento emocional” e gratificação sexual.

No momento em que é descrito que mulheres ou homens, que são provenientes de um contexto de abuso, futuramente podem vir a se envolver em relacionamentos que geram novamente esse círculo vicioso, demonstra que sua percepção do mundo ao ser elaborada, gera uma forma interação com o social que futuramente pode ser um tanto quanto deturpada. Quando um evento tão traumático quanto o abuso sexual infantil se sucede na vida de uma pessoa, a forma pela qual ela irá conduzir sua vida e se portar diante de outros acontecimentos dependerá da maneira pela qual ela internalizou o ocorrido, e como isso afetou a construção da sua personalidade. De acordo com Rey (2004), a forma pela qual distintas experiências humanas se subjetivam na personalidade de uma pessoa se chama de configuração subjetiva. Desnivelando tal conceito pode-se chegar a configuração da personalidade onde se pode compreender como as experiências vividas por uma pessoa podem definir sua personalidade. As configurações também são constituídas pelo tipo de emoção que caracteriza os relacionamentos do sujeito. Diante da colocação de Rey (2004) se faz possível compreender que, ao ser vítima de um abuso, o sujeito, manifesta inúmeras emoções, sendo elas geradoras de sentido

àquele contexto, e são incorporadas à subjetividade do sujeito e suas futuras ações no meio em que vive.

Os mitos, por serem transmitidos de uma geração para a outra, assim como os comportamentos vinculados a eles também, demonstram, novamente, como a configuração subjetiva de cada pessoa pode culminar em comportamentos inapropriados. Rey (2004, p.79) afirma, "(...) um determinado tipo de funcionamento das configurações subjetivas pode ser associado a produção de emoções responsáveis pela emocionalidade patológica". Mulheres que são criadas em contexto de violência familiar, tendo sido abusadas sexualmente por seus pais, mesmo acreditando que o que ocorreu com elas não era correto, passam a agir da mesma forma que suas mães, encontrando parceiros que agem de forma agressiva e dominadora, e mantêm o segredo familiar que foi gerado pela família, demonstrando que existe uma repetição de uma dinâmica familiar anterior. Furniss (1993) considera que tal repetição é dada pela geração de "conflitos emociosexuais", onde existe uma confusão entre conflitos nos níveis emocional e sexual. Esses conflitos existentes nos pais acabam sendo passados para seus filhos, pois quando uma criança vai em busca de seu pai por afeto e recebe uma resposta sexual, mais tarde essas crianças que sofreram abuso sexual podem apresentar um comportamento mais sexualizado, quando na verdade estão em busca de um cuidado emocional. O conflito pode ficar mais evidenciado, de acordo com o autor, quando as crianças abusadas casam. O que pode ocorrer, é no casamento o conflito sexual é ignorado e de alguma forma reorientado, e essa incapacidade de lidar com questões sexuais e emocionais cria um tabu na família, estabelecendo um cenário para que ocorra um abuso sexual na família.

Durrant e White (1993) vão de acordo com Furniss ao afirmarem que, muitas vezes, a experiência de abuso sexual infantil sofrido pela menina pode gerar uma série de padrões de comportamento e condutas socialmente inaceitáveis por consequência da confusão entre os afetos e a sexualidade. Por sua vez, o que os autores enfatizam é como esses comportamentos passam a ser reforçados pela conduta que os familiares adotam com a criança, pois como é castigada ou aviltada pela família, a criança tenta de inúmeras formas expor o que está se sucedendo com ela, mas como a informação é avaliada pela família de forma errônea, isso a leva a manter-se submissa ao abuso e, cada vez mais, mudar seu comportamento como uma forma de voltar às atenções da família para a situação que está vivenciando.

Novamente, se prioriza o desenvolvimento de uma dinâmica familiar que reforças as configurações de conduta acerca do segredo e as opiniões que a menina está formando de si, o que futuramente pode ser mais danoso.

Um das questões mais presentes no abuso sexual infantil é a invasão que existe em relação ao corpo da criança, pois se extrapola as barreiras de contatos que existe entre adultos e crianças. A criança, e seu corpo, são tidos como objetos de satisfação do adulto, onde não se avaliam os sentimento e emoções que estão vinculados àquele corpo infantil, à pessoa que se encontra por trás do objeto de satisfação. Sendo assim, a criança também tenta, conforme relato por Durrant e White (1993) mostrar através de seu corpo, por meio de comportamentos ou vestimentas, o que está ocorrendo com elas. Diante da importância do corpo e seu papel primordial em todas as facetas do abuso, se faz importante salientar a colocação Rey (2003) quando se refere ao corpo e emoção:

A questão do corpo está estreitamente relacionada à recuperação da emoção como tema essencial na construção da subjetividade, como processo fundador da subjetividade, e não simplesmente como resultado de outros processos que se colocam de forma privilegiada em relação a ela (...) A idéia corpo-sujeito perde seu sentido se não for compreendida por meio dos processos de subjetivação do corpo e das potencialidades subjetivadoras das dimensões dos desejos situados no corpo (p.26).

Ao se fazer uma relação direta entre corpo, emoção e subjetividade, se observa como a violência com o corpo infantil pode acarretar futuramente um processo de subjetividade do sujeito completamente falho. As emoções que estão vinculadas ao abuso, remetem diretamente ao corpo da criança, e esse por sua vez, como é violentado passa a desenvolver uma compreensão subjetiva sobre si mesma distorcida, podendo levar a uma auto-imagem negativa. A auto-estima da pessoa está relacionada à sua condição física, que acaba por modificar com certo grau de intensidade a sua relação íntima e pessoal, gerando mudanças de sentidos na personalidade, que podem ser expressas em forma de medo, insegurança, etc (Rey, 2003).

A falha existente em famílias em que pais abusam de seus filhos causa uma confusão na criança, pois essa não sabe qual é seu papel na família se é filha ou amante de seu pai, e ao mesmo tempo evidencia uma imaturidade do adulto porque

apresenta uma dependência emocional pela criança. Ferrari (1990) ressalta que quando o processo de vitimização se prolonga, para a filha, o desempenho dos papéis familiares se torna muito complicado, pois em relação ao seu pai, ora é filha, ora é mulher, e em relação à sua mãe ora é filha e ora é rival, podendo vir a gerar competição e principalmente culpa na criança. Ferrari e Vecina (2002), ao analisarem a situação em que a criança se encontra quando ela está nesse núcleo de abuso onde não tem como se posicionar, são crianças que estão, “sem voz e sem vez, aprisionadas em uma relação assimétrica de poder, em que só lhes restam a submissão à vontade do outro e a renúncia ao seu próprio desejo (p.73)”.

Durrant e White (1993) concordam que a vivência do abuso sexual intrafamiliar sofrido pela menina é capaz de fazê-la experienciar inúmeros sentimentos confusos e perturbadores, porém esses são capazes de influenciar a percepção que tem de si mesma, e provavelmente crer que deve se envergonhar por ter sido vítima de abuso sexual infantil. Os autores exploram mais o tema e reforçam que as crianças abusadas criam crenças ao seu respeito completamente distorcidas, pois acreditam que são impotentes, incompetentes e sem valor algum, desta forma se sentem incapazes de encontrar forças para lidar com o abuso e terminá-lo, pois acreditam merecer o que está ocorrendo. Diante do que ocorre em todo o contexto familiar e a visão que criam de sua pessoa, as crianças passam a se sentir emocionalmente incompreendidas, bem como abandonadas e sem qualquer cuidado proveniente de seus pais Furniss (1993).

2.4.1.3. A comunicação familiar

Quando frente a uma família que, muitas vezes, não apóia a criança ou a princípio tende a não compreender seu pedido de socorro, é observável que existe uma falha na comunicação desses indivíduos. Ao longo gerações, encontram-se dinâmicas familiares com sérias perturbações, tornando implícito o fato de que os componentes daquele núcleo não têm os meios, ou mesmo, não se esforçam para que a comunicação flua de forma clara e objetiva. Em determinados momentos, a dificuldade de se comunicar e os entraves que permeiam essa comunicação, podem estar presentes, pois quanto mais direto for o diálogo entre os sujeitos, maior é a probabilidade de se expor o segredo vigente na família e destruir toda a estrutura que mantém o abuso sexual infantil intrafamiliar. Ferrari e Vecina (2002)

compreendem a comunicação nessas famílias ocorrem de forma indireta, sendo mantida uma utilização de terceiros ou formas não-verbais de comunicação, como um gesto, que irá indicar a criança que o abuso está prestes a ocorrer. As autoras avaliam que tal forma de conduzir o diálogo, “tem estreita relação com dificuldades de processos de simbolização e elaboração de experiências emocionais (...)” (p.99), dessa forma garantindo que as questões inconscientes vividas pela família não surjam de uma maneira clara na comunicação, e por não expressarem seus sentimentos passam a se comunicar por meio de mentiras, segredos e mensagens de duplo sentido.

É de grande relevância o fato de que a forma de comunicação vigente em uma família, em especial em famílias que se comete o abuso sexual, pode acarretar um comprometimento na maneira em que se simboliza o que está sendo transmitido, pois como Rey (2003) afirma, a utilização de palavras em um discurso é uma expressão simbólica, simbolizando a história única de quem fala, contendo emoções próprias do sujeito o que acaba por culminar em um sentido a essa comunicação. Quando existe uma quebra no ato de se comunicar, os indivíduos podem não diferenciar a emoção do outro sujeito com suas próprias emoções, com isso repetindo ações relacionadas à emoção do outro, e não agindo de acordo com seus desejos e suas emoções.

As formas de comunicação geradas por essas famílias que perpetuam o abuso, podem ter sua origem e seu canal difusor no próprio abusador. É ele quem inicia a forma de relacionamento com a criança, pois depende de sua atuação conquistar a criança para que ela inicialmente se vincule a ele. Diante da situação, é “exigido” do abusador que tenha um discurso, em um primeiro momento, extremamente sedutor, sabendo utilizar-se das palavras de forma correta sendo carinhoso e eloqüente nos elogios (Ferrari & Vecina, 2002). Essa maneira de se comportar acaba por culminar em um aprisionamento da própria família, que já está confusa com a forma de comunicação existente, porém o exclui de qualquer acusação, pois o julga incapaz de molestar uma criança.

Diante das trocas verbais existentes na família Rey (2003) complementa que:
*A linguagem aparece em um nível individual cheio de sentido subjetivo, traduz emoções complexas do sujeito e, ao mesmo tempo, gera novas emoções (...).
A construção de uma experiência por meio da linguagem e sua articulação*

com um pensamento próprio é um dos processos que definem o ser sujeito (p.236).

Por meio dessa colocação, é pertinente dizer que a forma com que a criança vai internalizar a comunicação vigente na família, poderá determinar como será sua construção como sujeito no mundo, e se tal comunicação for deturpada, irá gerar emoções que podem futuramente influenciar o comportamento da criança abusada de forma a ela reproduzir o que veio a compartilhar na sua infância.

2.4.1.4. A mãe e sua participação

Um papel bastante questionável na dinâmica do abuso sexual infantil intrafamiliar é o da mãe. Por ser ela a pessoa com maior proximidade, e ser exigida da mesma, um amor incondicional ao seu filho, é seu dever de proteger a criança de qualquer adversidade que possa lhe atingir. Não obstante, o que ocorre, em muitos casos, é uma mãe que age de forma contrária ao esperado, pois ela não demonstra apoio à sua criança e de certa maneira permite que o abuso se mantenha por um longo período.

Furniss (1993) relata que não se tem como encontrar uma explicação sobre o comportamento dessas mães, pois muitas vezes as explicações podem estar em um passado de abuso sofrido por elas, e em conseqüência, por estarem recriando um padrão vivido, não sabem lidar com o que está ocorrendo, pois podem ser muito ambivalentes em sua vontade de buscar ajuda. O autor considera, por sua vez, que existem dois tipos de mães que se apresentam na dinâmica do abuso sexual infantil. A primeira, se apresenta com um distanciamento afetivo em relação a criança, tal fato observado quando a criança relata o abuso e essa é desconsiderada pela mãe e encontram formas de desmentir a criança. Essas mães podem viver em um mundo de incertezas, e por estarem tão envolvidas nessa dinâmica familiar, não sabem como se desvencilhar e podem se sentir inseguras quanto a uma destruição da homeostase familiar, pois como Durrant e White (1993) atestam que o abuso cumpre a função de manter unido um sistema familiar visivelmente instável. A outra forma de execução do papel materno é apresentada por mães que tem um contato afetivo próximo com seus filhos, e essa diante da notícia do abuso tendem a proteger as crianças e induzem a uma revelação direta.

Pfeiffer e Salvagni (2005) contribuem com sua tese, afirmando que a mãe, em muitos casos, por não ter o afeto por parte de seu marido e por de certa maneira ter contribuído para a aproximação dele para com a criança, se sente desprotegida e insegura. Porém o que lhe afeta de forma mais devastadora é a vergonha tanto pelo que está se passando, como também sua impossibilidade de denunciar, pelo fato de ter um amor próprio reduzido e, por ser aviltada física e emocionalmente por aquele que é o senhor da casa, ela se omite, e segundo as autoras, muitas vezes se cala por toda uma vida. As autoras complementam que em uma estrutura patriarcal de poder transmitida de gerações anteriores, a mãe acaba por ocupar o papel de “silent partner”, em que se participa de forma muda em todo o contexto de violência.

Em contrapartida, Rangel (2001), questiona os inúmeros papéis que a mãe pode exercer no processo de abuso sexual infantil, e a autora afirma que muitas vezes a mãe não sabe da ocorrência do abuso. Diante do levantado, é possível se compreender a ausência da participação materna em proteger seus filhos, porém essas mães que a princípio não têm conhecimento do que está se sucedendo, no futuro se vierem a ter esclarecimento do fato, são as mulheres que ajudarão seus filhos e de certa forma finalizarão o ciclo de abuso sexual.

Ao se analisar toda uma história de vida envolta no abuso sexual infantil, em muitos momentos, é visível o fato de a mãe não ter uma posição de enfrentamento. Caso ela tenha sofrido o abuso enquanto criança, como relatado anteriormente, sua auto-estima está despedaçada e, com isso, não se tem a motivação ou a clareza de que ela pode mudar a história de outra pessoa. Como é visto em seu núcleo familiar uma mãe omissa, ela passa a reproduzir tais comportamentos, não vendo possibilidade de interferir de forma a romper esse ciclo de abuso infantil na família. Felizardo (apud Pfeiffer & Salvagni, 2005) demonstra que as mães em uma família em que ocorre o abuso, na infância tiveram mães dominantes, emocionalmente distantes, e dessa forma a menina passa a desenvolver um complexo de inferioridade.

A importância da mãe na ocorrência de um abuso é questionada por toda a representação que o papel de mãe traz à tona. Porém mesmo tendo um papel de suma importância na vida da criança, e sendo imprescindível sua devoção e proteção, não se pode resumir o abuso ao papel da mãe. A postura que a mãe adota diante do abuso sexual, seja contribuindo direta ou indiretamente para sua ocorrência não é o ponto propulsor de toda uma gama de acontecimentos contra a

criança. Rangel (2001) afirma que o abuso sexual não se desencadeia por meio da postura da mãe, mas sim devido a toda uma dinâmica familiar assimétrica. A autora concorda com Furniss (1993), em que é dito que existe um fator proteção envolvido no abuso, porém a autora acredita que não é um lapso de proteção criado somente pela mãe, mas sim toda uma proteção familiar. Dessa forma, se observa que existe uma propagação de papéis, tanto no âmbito individual quanto no social (familiar), seja por meio da construção de sentido que o indivíduo subjetiva, conforme Rey (2004) relata, ou por meio de um aglomerado de crenças familiares que vão sendo transmitidas ao longo das gerações.

2.5. A revelação do segredo

O abuso sexual intrafamiliar é constituído por inúmeros componentes que o fazem se perpetuar ao longo das gerações, e bem como ser legitimado de certa forma pelo grupo familiar. Um de seus componentes mais ativos e que mais contribui para a prolongação do abuso é o segredo. O grande ponto de relevância do segredo é o fato de que ele não permite que o abuso seja revelado pela criança, e dessa forma a dinâmica criada em torno dele faz com que a criança se culpabilize e com isso se perpetue a manutenção do abuso. Furniss (1993) confirma a afirmação quando relata que as crianças que são vítimas de abuso sexual são obrigadas a não revelar para ninguém o que está ocorrendo. É dito para a criança que o que está ocorrendo com ela é um segredo, porém muitas vezes esse segredo passa a ser mantido por meio de ameaças físicas e psicológicas. O autor ainda adiciona que o que ocorre no abuso é uma negação do que está ocorrendo, e essa negação é inicialmente criada pelo próprio abusador que se utiliza de rituais para que ocorra a negação, e pela criança que tende a dissociar quando o abuso está em andamento.

Tal é a importância do papel do segredo na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar que quando se entra em processo terapêutico o primeiro passo é a revelação do segredo, pois o abuso só se torna possível porque ele é secreto, se o segredo não for revelado ele pode culminar em outra relação incestuosa Madaness (1997). Como o silêncio é mantenedor do segredo, e em muitas famílias é repassado durante gerações, o que se faz necessário que ocorra é uma confrontação das histórias de abuso sexual intrafamiliar.

Imber-Black (1994) afirma que uma das razões para se revelar o que ocorreu, é o fato de que a raiva e o medo vinculados ao segredo não-revelado distorcem a integridade e coesão da pessoa. Um outro ponto de suma importância, é que ao se contar a história se rompe com o silêncio e o sofrimento da vítima. Porém, o autor mais adiante afirma que a revelação do segredo do abuso não é simples e muitas vezes não promove a cura, sendo uma das questões que impedem a revelação é a ameaça ao relacionamento entre vítima e abusador.

A revelação do abuso dentro da família, não só pode acarretar em uma quebra de um ciclo familiar que vem sendo reproduzido durante gerações, porém sua grande desestruturação pode ocorrer na criança que revela o abuso que vem sofrendo. Pfeiffer e Salvagni (2005) afirmam que as mães, em determinados momentos não revelam o abuso, pois ela quer manter a suposta estabilidade e segurança de sua família, que é seu local de apoio. De acordo com Durrant e White (1993) a revelação do abuso quando feita pela criança, e essa não recebe o apoio esperado pode acarretar na ênfase de pensamentos destrutivos ao seu respeito, porém se obtiver credibilidade no que ela relatou pode se dar uma significativa interrupção dos tipos de interações que mantinham o segredo. Banchs (1995, p.111, apud Rangel, 2001) enfatiza o que acarreta um contexto emocional inseguro ao dizer que:

As emoções são confusas quando as relações ambientais são contraditórias, quando certas possibilidades de desenvolvimento são simultaneamente oferecidas e obstruídas, quando o suporte dos outros é ambivalente, quando alguém é dependente dos outros e é cercado e explorado por eles, assim como impedido de articular e confrontar essas contradições, quando alguém não pode nem expressar abertamente o impulso emocional dirigido à ação, nem se proteger.

Quando o abuso é revelado em um ambiente acolhedor no qual a criança se sente protegida e respeitada, ela passa a não se sentir mais submissa, criando uma maior segurança e auto-estima, ficando menos vulnerável a novas agressões, Rangel (2001). Quando o segredo é revelado as relações entre os familiares se tornam mais cristalinas, o discurso existente passa a ser mais direto não permeado de duplo sentido, sendo assim, as pessoas se utilizam de uma forma de comunicação condizente com seu estado emocional, como Rey (2003, p.236) afirma

“A linguagem e o pensamento se expressam a partir do estado emocional de quem fala e pensa”.

As emoções que a criança passa a sentir após a revelação do abuso, quando se dá credibilidade ao que ela diz, transforma seu aspecto emocional, e a história vivenciada no momento presente passa a gerar novos sentidos, e sua visão de mundo começa a se modificar, tal como Rey (2003) contribui relatando que as emoções das pessoas estão vinculadas aos sentidos subjetivos, os quais têm procedências diversas as quais se encontram no espaço social da pessoa, dessa forma, se a vivência do sujeito é modificada e sua relação com o mundo também o é, logo as emoções passam a mudar de sentido e de configuração.

CONCLUSÃO

Tem-se observado que com o passar dos anos uma maior atenção vem sendo dada à criança. Uma preocupação vigente tem sido estabelecida pelo fato das crianças terem passado a ser mais acolhidas pelos adultos, não como iguais, mas sim como sujeitos que carecem de cuidados e têm necessidades divergentes dos mesmos, mas que também têm desejo de afeto e atenção. Quando o menor ganha o reconhecimento de seus direitos, inúmeros problemas de desumanização contra sua vida, invasão de seu espaço infantil, passam a ser mais explícitos e, dessa forma, cruéis.

Com a criação do estatuto da criança e do adolescente, esses indivíduos necessitados de apoio, passam a ter algo em que se basear e a quem recorrer quando seus direitos são violados. O que acaba vindo à tona por meio desse enfoque de ajudar o menor, é o fato de que o ambiente no qual ele deveria se sentir mais seguro e também, receber o apoio para um melhor desenvolvimento, em muitos casos, é o ambiente em que a criança corre mais riscos e onde seus direitos são completamente desconsiderados. No ambiente familiar é que se encontram casos de abuso sexual infantil recorrente, pois como Durrant e White (1993) enfatizam a disfunção familiar que explica a existência do abuso, e com isso garante que o abuso sexual intrafamiliar é mantido, pois a família acredita que isso que a vai manter unida e protegida.

O abuso sexual infantil intrafamiliar pode ser proveniente de inúmeras circunstâncias ao longo da vida dos protagonistas envolvidos nessa trama de assédio e infração dos direitos da criança e do adolescente. Porém, foi visto que, em muitos casos, o que se observa é uma forma de relacionamento familiar constante no grupo que comete o abuso, sendo ele transmitido e reforçado de uma geração para a outra. Dessa forma, o que se concluiu é que o ato do abuso é desencadeado por comportamentos (sociais e individuais), criação de auto-imagens negativas, a presença de papéis sociais dominantes, mitos e segredos familiares constantes e cíclicos no sistema das famílias, que acabam por culminar em uma dinâmica familiar distorcida, que se exprime pelo abuso sexual infantil. Todos esses elementos envolvidos no abuso sexual infantil estão interligados, sendo assim, o surgimento de um deles está intimamente vinculado ao desenrolar do outro, pois

conforme a visão de Rey (2003), em relação a subjetividade, revela que a subjetividade individual é constituída a partir de espaços sociais e históricos, portanto a origem da subjetividade individual é interligada a subjetividade social, que se constrói ao longo de sua própria história. Dessa maneira, como os antecedentes e os elementos constituintes do abuso sexual infantil, se originam de forma concomitante tanto em um cunho social quanto em um individual, desenvolve assim um histórico do abuso sexual que se elabora mediante várias facetas da história do indivíduo e da família em que está inserido.

Quando uma família está circunscrita a uma dinâmica de abuso sexual, seus membros tendem a guardar um segredo sobre o que está ocorrendo, não sendo possível uma erradicação desses comportamentos se esse silêncio não é destruído. Conforme Imber-Black (1994) elucida, os segredos moldam as famílias ao longo das gerações. O segredo familiar acaba guardando mitos que a família perpetua através das gerações, mitos esses que legitimam o comportamento das pessoas em prol de um abuso infantil, pois tendem a manter as memórias familiares vivas para que assim se tenha uma continuidade da família e suas crenças.

Toda essa necessidade de perpetuar os “valores” familiares e manter a homogeneidade e coesão no grupo familiar, destrói vidas, pois no caso de abuso sexual tende a manter uma relação entre os sujeitos pútrida e culminam em um desmantelamento do indivíduo e de sua relação consigo e com os demais. A forma pela qual cada pessoa vai internalizar o que ocorreu com ela, acaba por delimitar sua forma de agir futuramente em grupo, sua percepção de quem ela é e de seus valores, desmembram seus relacionamentos futuros e o papel social que irá reproduzir em sua vida.

De acordo com diversos autores (Madanes, 1997; Furniss, 1993; Imber-Black, 1994), o que é necessário, então, que ocorra para que essas famílias quebrem o ciclo de abuso sexual infantil, é exatamente a revelação do segredo. O fato de se existir um contexto de silêncio, de acontecimentos não revelados e uma comunicação deturpada no ambiente familiar, isso tudo determina a continuidade dessas ações grosseiras contra a vida de uma criança, pois todas as crenças e mitos familiares não têm como serem contestados e extinguidos. Ferrari e Vencina (2002) contribuem ao constatar que existe um “pacto de silêncio”, que permeiam tanto o âmbito familiar quanto o social, e principalmente a sociedade que deveria estar imbuída de se mobilizar em defesa da criança, fazendo com que dessa

maneira, as pessoas não sejam coniventes com o que vem ocorrendo diante do olhar de todos.

Diante desse conhecimento é preciso se conscientizar que o abuso sexual não é algo a-histórico, mas que existe todo um conjunto de acontecimentos que o gera, sendo esses elementos constituintes do abuso mantidos por meio de um segredo tanto intrafamiliar, quanto por uma sociedade que tende a não se mobilizar para uma eventual quebra desse “sigilo sexual”. Rangel (2001) acredita que o abuso intrafamiliar envolve questões estruturais da sociedade em que vivemos, e para que se possa prevenir e proteger os menores, é preciso se fazer uma revisão dos paradigmas em torno dos valores vinculados à criança, à relação entre gêneros e não obstante à família.

Por meio de todo um histórico do abuso sexual, e frente a esse contexto de uma necessidade vigente de se apoiar não só as crianças, mas sim um grupo familiar que está acometido a gerações com uma disfunção familiar, é preciso se dar credibilidade ao trabalho dos profissionais engajados na área, como Rangel (2001, p.169) relata, “O abuso sexual intrafamiliar não é uma questão exclusivamente jurídica, nem exclusivamente social ou psicológica. Se faz indispensável, para o enfrentamento desse problema, uma abordagem pluridisciplinar (...)”. Quando existe um conjunto de profissionais trabalhando em prol da recuperação da família como um todo, estará não só se recuperando a criança que sofreu o abuso no momento atual, porém irá se prevenir que gerações futuras tenham que enfrentar tal invasão de seu corpo e de suas vidas.

Por meio de um trabalho voltado para a recuperação da dignidade familiar, é importante que se trabalhe as questões levantadas como sendo de grande relevância para o desenrolar do abuso sexual intrafamiliar através de gerações. Para isso, é imprescindível trabalhar questões relativas às crenças e mitos familiares, observando e trabalhando com as famílias quais são os papéis familiares importantes a serem representados nessas famílias, e trabalhar o medo de uma possível desestrutura familiar em uma família que já está visivelmente corrompida.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- Amazarray, M. R. & Koller S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre. 11(3), pp. 559-578.
- Azevedo, M. A. & Guerra V.N. A. (1988). *Pele de asno não é só história...:Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Iglu.
- Azevedo, M.A. & Guerra V.N.A. (2000). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu.
- Donlan, Y. (1994). An ericksonian perspective on the treatment of sexual abuse. In J.K. Zeig. Ericksonian methods: the essence of the story. (pp. 395-414). Levittown: Brunner Mazel.
- Durrant, M. & White C. (1993). *Terapia del abuso sexual*. Espanha: Gedisa.
- Ferrari, D.C.A. & Vecina T.C.C. (2002). *O fim do silêncio na violência familiar:teoria e prática*. São Paulo: Agora.
- Ferrari, D.C.A. (1990). A vitimização física e sexual na família e o papel da instituição. In L. C. de A. Ricotta (org). Cadernos de psicodrama: psicodrama nas instituições. (pp.103-117). São Paulo: Agora.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Habigzang, L. F & col. (2005). *Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos*. Psicologia: Teoria e Pesquisa.21(3), pp. 341-348.
- Imber-Black, E. (1994). *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Krom, M. (2000). *Família e Mitos - prevenção e terapia: resgatando histórias*. São Paulo: Summus.
- Madanes, C. (1997). *Sexo, amor e violência:estratégias para a transformação*. Campinas: Psy.

Ministério da Educação. (2004). *Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília.

Ministério da Educação. (2005). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília.

Ministério da Saúde. (2003). *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço*. Brasília.

Neuburger, R. (1999). *O mito familiar*. São Paulo: Summus.

Pfeiffer, L. & Salvagni, E. P. (2005). *Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência*. Jornal de Pediatria. Porto Alegre, 81(5), pp.197-204.

Rangel, P.C. (2001). *Abuso sexual intrafamiliar recorrente*. Curitiba: Juruá.

Rey, F. G. (2004). *Personalidade, Saúde e Modo de Vida*. São Paulo: Thomson.

Rey, F. G. (2003). *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson.

Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: M.Books.